



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAPUÃ

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 587 DE 22 / 08 / 1966.

Afonso João Lopes, Prefeito Municipal de Parapuã, Comarca de Tupã, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,.....

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE PARAPUÃ, DECRETOU E ELE PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - O Funcionário Público Municipal efetivo, terá direito a Licença-Prêmio de 3 (três) meses, em cada período de 5 (cinco) anos de exercício ininterrupto, em que não haja sofrido qualquer penalidade administrativa, salvo a de advertência.

§ 1º - Para efeito de Licença-Prêmio, considera-se de exercício o tempo de serviço prestado pelo funcionário em cargo público.

§ 2º - O período de Licença-prêmio será considerado de efetivo exercício para todos os efeitos legais e não acarretará descontos algum no vencimento ou renumeração.

Art. 2º - Para os fins da presente lei, não se consideram interrupção de exercício:

- I - Férias
- II - Casamento até 8 (oito) dias
- III - Luto pelo falecimento de cônjuge, - filho, pai, mãe, e irmãos, até 8 - (oito) dias
- IV - Convocação para o Serviço Militar.
- V - Juri e outros serviços, afastamentos e licenciamentos obrigatórios - por lei.
- VI - Licença ao funcionário acidentado - em serviço ou atacado por doença.
- VII - Licença ao funcionário afastado do cargo para desempenho de mandato ou função, seja na Órbita Municipal, - Estadual ou Federal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAPUÃ

ESTADO DE SÃO PAULO.

cont. lei nº 587

- VIII - Licença á funcionária gestante.
- IX - Moléstia devidamente comprovada, até 3 (três) dias por mês
- X - Afastamento por inquérito administrativo, se o funcionário - fôr declarado inocente, ou se a pena fôr de advertência, repreensão ou multa.
- XI - Outras faltas que não mencionadas nesta lei, ficam a critério do Chefe direto do Servidor, de cuja decisão caberá recursos legais.

Art. 3º - As faltas previstas nos incisos mencionados no artigo 2º, desde que, no período de 5 (cinco) anos, sejam justificadas dentro do critério fixado na presente lei.

Art. 4º - O requerimento de Licença-Prêmio será instruído com certidão de tempo de serviço, ao Prefeito Municipal.

Art. 5º - O pedido do funcionário, à Licença-Prêmio poderá ser gozada em 3 (três) parcelas não inferiores a 30 (trinta) dias.

§ 1º - Caberá à autoridade referida neste artigo, tendo em vista as razões de ordem pública devidamente fundamentada, determinar a data de início do gozo da Licença-Prêmio e decidir se poderá ela ser gozada por inteiro ou parceladamente.

§ 2º - Os dias de Licença-Prêmio que - deixar de gozar no respectivo período, serão acrescidos ao pedido subsequente.

Art. 6º - O funcionário deverá em exercício a concessão da Licença-Prêmio.

§ 1º - A concessão da Licença-Prêmio ocorrerá quando o funcionário não iniciar o seu gozo dentro de 30 (trinta) dias, contados da publicação do ato que a houver concedido.

Art. 7º - Poderá o funcionário, mediante requerimento, desistir de gozo de Licença-Prêmio,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAPUÃ

cont. lei nº 587 ESTADO DE SÃO PAULO




(art. 7º).....contando-se-lhe, -
nesse caso, em dobro, e para efeito de aposentado-
ria e de adicional.

Art. 8º - Os casos omissos na pre
sente lei, serão obedecidos, ao que ceuber as nor-
mas das Leis Estaduais em vigor.

Art. 9º - Esta lei entrará em vi-
gor na data de sua publicação, revogadas as dispo-
sições em contrário.

Prefeitura Municipal de Parapuã,-
aos 22 de agosto de 1966.


AFONSO JOÃO LOPES
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada na Secreta
ria da Prefeitura Municipal de Parapuã, na data su
pra e afixada no lugar de costume.

VITORIO KATSUTOSHI MAEDA
Secretário